

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 17

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO, 19

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO, 21

PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO, 22

PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO, 23

CAPÍTULO 1 – CIÊNCIA POLÍTICA

1. Conceito de Ciência, 25 – 2. Naturalistas *versus* idealistas (espiritualistas, historicistas e culturalistas), 29 – 3. A Ciência Política e as dificuldades terminológicas, 37 – 4. Prisma filosófico, 40 – 5. Prisma sociológico, 41 – 6. Prisma jurídico, 43 – 7. Tendências contemporâneas para o tridimensionalismo, 45.

CAPÍTULO 2 – A CIÊNCIA POLÍTICA E AS DEMAIS CIÊNCIAS SOCIAIS

1. A Ciência Política e o Direito Constitucional, 48 – 2. A Ciência Política e a Economia, 50 – 3. A Ciência Política e a História, 52 – 4. A Ciência Política e a Psicologia, 53 – 5. A Sociologia Política, uma nova ameaça à Ciência Política?, 54.

CAPÍTULO 3 – A SOCIEDADE E O ESTADO

1. Conceito de Sociedade, 57 – 2. A interpretação organicista da Sociedade, 58 – 3. A réplica mecanicista ao organicismo social, 60 – 4. Sociedade e Comunidade, 62 – 5. A Sociedade e o Estado, 63 – 6. Conceito de Estado, 65: 6.1 *Acepção filosófica*, 66; 6.2 *Acepção jurídica*, 66; 6.3 *Acepção sociológica*, 68 – 7. Elementos constitutivos do Estado, 70.

CAPÍTULO 4 – POPULAÇÃO E POVO

1. Conceito de população, 72 – 2. Desafio do fantasma malthusiano ao Estado moderno, 73 – 3. A explosão demográfica ameaça o futuro da humanidade, 74 – 4. O pesadelo dos subdesenvolvidos, 76 – 5. O pessimismo das estatísticas, 77 – 6. A posição privilegiada dos países desenvolvidos, 78 – 7. Conceito político de povo, 79 – 8. Conceito jurídico, 81 – 9. Conceito sociológico, 82.

CAPÍTULO 5 – A NAÇÃO

1. A Nação: um conceito equívoco?, 84 – 2. O erro de tomar insuladamente alguns elementos formadores do conceito de nação: raça, religião e língua, 85 – 3. O conceito voluntarístico de nação, 88 – 4. O conceito naturalístico de nação, 89 – 5. Passos notáveis da obra de Renan fixando o conceito de nação, 90 – 6. A nação organizada como Estado: o princípio das nacionalidades e a soberania nacional, 92.

CAPÍTULO 6 – DO TERRITÓRIO DO ESTADO

1. Conceito de território, 94 – 2. O problema do mar territorial, 95 – 3. Os limites do mar territorial brasileiro, 98 – 4. Subsolo e plataforma continental, 99: *4.1 A ONU e a plataforma continental*, 100; *4.2 O Brasil e a plataforma continental*, 101 – 5. O espaço aéreo, 101 – 6. O espaço cósmico, 103 – 7. Exceções ao poder de império do Estado, 105 – 8. Concepção política do território, 105 – 9. Concepção jurídica do território, 106: *9.1 A teoria do território-patrimônio*, 107; *9.2 A teoria do território-objeto*, 108; *9.3 A teoria do território-espaço*, 110; *9.4 A teoria do território-competência*, 113.

CAPÍTULO 7 – O PODER DO ESTADO

1. Do conceito de poder, 115 – 2. Imperatividade e natureza integrativa do poder estatal, 116 – 3. A capacidade de auto-organização, 117 – 4. A unidade e indivisibilidade do poder, 118 – 5. O princípio de legalidade e legitimidade, 119 – 6. A soberania, 119.

CAPÍTULO 8 – LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DO PODER POLÍTICO

1. O princípio da legalidade, 120 – 2. O princípio da legitimidade, 121 – 3. Como se formou o princípio da legalidade e a espécie de legitimidade que esse princípio procurou estabelecer, 121 – 4. A crise histórica da

legalidade e legitimidade do poder, 122 – 5. A consideração filosófica do problema da legitimidade, 124 – 6. Os fundamentos sociológicos da legitimidade, 125: *6.1 A legitimidade como representação de uma teoria dominante do poder*, 125; *6.2 As três formas básicas de manifestação da legitimidade: a carismática, a tradicional e a legal ou racional*, 126 – 7. O aspecto jurídico da legitimidade, 127 – 8. A legitimidade no exercício do poder, 129 – 9. A legalidade e a legitimidade do poder como temas da Ciência Política, 131.

CAPÍTULO 9 – A SOBERANIA

1. O problema da soberania, 132 – 2. Formação histórica do conceito de soberania, 133 – 3. Afirmação absoluta, afirmação relativa e negação do princípio de soberania, 135 – 4. Traços característicos da soberania, 136 – 5. O titular do direito de soberania: as doutrinas teocráticas e as doutrinas democráticas, 137 – 6. As doutrinas teocráticas: *6.1 A doutrina da natureza divina dos governantes*, 138; *6.2 A doutrina da investidura divina*, 139; *6.3 A doutrina da investidura providencial*, 140 – 7. As doutrinas democráticas: *7.1 A doutrina da soberania popular*, 140; *7.2 A doutrina da soberania nacional*, 141 – 8. Revisão do conceito de soberania, 143.

CAPÍTULO 10 – A SEPARAÇÃO DE PODERES

1. Origem histórica do princípio: soberania e separação de poderes, 144 – 2. Os precursores da separação de poderes, 146 – 3. A doutrina da separação de poderes na obra de Montesquieu, 147 – 4. Os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, 149 – 5. As técnicas de controle como corretivos para o rigor e rigidez da separação de poderes, 151 – 6. Primado da separação de poderes na doutrina constitucional do liberalismo, 152 – 7. Em busca de um quarto poder: o moderador, 155 – 8. Declínio e reavaliação do princípio da separação de poderes, 157.

CAPÍTULO 11 – O ESTADO UNITÁRIO

1. Do Estado unitário, 160 – 2. O Estado unitário centralizado e as formas de centralização, 162: *2.1 Centralização política*, 162; *2.2 Centralização administrativa*, 162; *2.3 Centralização territorial e centralização material*, 163; *2.4 Centralização concentrada*, 163; *2.5 Centralização desconcentrada*, 164 – 3. Vantagens e desvantagens da centralização, 165 – 4. O Estado unitário descentralizado: a descentra-

lização administrativa, 166 – 5. O Estado unitário descentralizado e o Estado federal, 168.

CAPÍTULO 12 – AS UNIÕES DE ESTADOS

1. As Uniões de Estados, 170: 1.1 *Uniões paritárias e Uniões desiguais*, 170; 1.2 *Uniões de Direito Internacional e Uniões de Direito Constitucional*, 171; 1.3 *Uniões simples e Uniões institucionais*, 172 – 2. A União Pessoal, 173 – 3. A União Real, 175: 3.1 *Teoria jurídica da União Real*, 175; 3.2 *Do conceito de União Real*, 176; 3.3 *Aspectos jurídicos, políticos e administrativos da União Real*, 177; 3.4 *Exemplos históricos de União Real*, 178 – 4. A Confederação, 179 – 5. A “Commonwealth”, 181 – 6. As Uniões desiguais: o Estado protegido e as modalidades de Protetorados, 184 – 7. Outras formas de Uniões desiguais, 186: 7.1 *O Estado vassalo*, 186; 7.2 *O Estado sob mandato e administração fiduciária*, 187 – 8. Do Protetorado “imperialista” ao Protetorado “ideológico” (e imperialista), 190 – 9. A União Europeia, 192.

CAPÍTULO 13 – O ESTADO FEDERAL

1. Conceito de Estado federal, 193 – 2. O Estado federal como Federação, 193: 2.1 *A distinção entre Federação e Confederação*, 194; 2.2 *A lei da participação e a lei da autonomia*, 195 – 3. O Estado federal em si mesmo frente aos Estados-membros, 196: 3.1 *O lado unitário da organização federal*, 197; 3.2 *A supremacia jurídica do Estado federal sobre os Estados federados*, 198 – 4. Os Estados-membros como unidades constitutivas do sistema federativo, 199 – 5. A crise do federalismo: ocaso ou transformação da ordem federativa e sua repercussão no Brasil, 202.

CAPÍTULO 14 – AS FORMAS DE GOVERNO

1. Formas de governo e formas de Estado, 207 – 2. A classificação de Aristóteles: monarquia, aristocracia e democracia, 208 – 3. O acréscimo romano à classificação de Aristóteles: o governo misto (Cícero), 209 – 4. As modernas classificações das formas de governo: de Maquiavel a Montesquieu, 210 – 5. Formas fundamentais e formas secundárias de governo (Bluntschli), 212 – 6. As formas de governo segundo o critério da separação de poderes: governo parlamentar, governo presidencial e governo convencional, 213 – 7. A crise da concepção governativa e as duas modalidades básicas de governo: governos pelo consentimento e governos pela coação, 213.

CAPÍTULO 15 – O SISTEMA REPRESENTATIVO

1. O sistema representativo e as doutrinas políticas da representação, 216 – 2. A doutrina da “duplicidade”, alicerce do antigo sistema representativo na época do liberalismo, 219 – 3. A Revolução Francesa consolida a doutrina da “duplicidade”, 220 – 4. Apogeu na aplicação constitucional da doutrina da “duplicidade”, 223 – 5. Declínio da “duplicidade” no século XX, 226 – 6. A crítica de Rousseau ao sistema representativo, 227 – 7. A doutrina da “identidade”: governantes e governados, uma só vontade, 231 – 8. A doutrina da “identidade” supõe o pluralismo da sociedade de grupos, 232 – 9. O princípio democrático da “identidade” é uma nova ilusão do sistema representativo, 234 – 10. Na dinâmica dos grupos e das categorias intermediárias se acha a nova realidade do princípio representativo, 235 – 11. A decomposição da vontade popular determinou a crise do sistema representativo: do princípio da representação profissional aos grupos de pressão no Estado contemporâneo, 238 – 12. Uma nova teoria da representação política, de fundamento marxista: a representação como simples relação entre governantes e governados (Sobolewsky), 241.

CAPÍTULO 16 – O SUFRÁGIO

1. O sufrágio, 245 – 2. É o sufrágio direito ou função?, 245 – 3. O sufrágio como “direito de função” (doutrina italiana), 247 – 4. O sufrágio restrito, 249 – 5. O sufrágio universal, 250 – 6. Restrições ao sufrágio universal: 6.1 *Nacionalidade*, 251; 6.2 *Residência*, 251; 6.3 *Sexo*, 251; 6.4 *Idade*, 252; 6.5 *Capacidade física ou mental*, 253; 6.6 *Grau de instrução*, 253; 6.7 *A indignidade*, 254; 6.8 *O serviço militar*, 254; 6.9 *O alistamento*, 255 – 7. A propagação do sufrágio universal, 255 – 8. Sufrágio público e sufrágio secreto, 256 – 9. Sufrágio igual e sufrágio plural, 258 – 10. Modalidades de sufrágio plural: 10.1 *Sufrágio múltiplo*, 259; 10.2 *Sufrágio familiar*, 259 – 11. Sufrágio direto e sufrágio indireto, 260 – 12. A participação do analfabeto, 262.

CAPÍTULO 17 – OS SISTEMAS ELEITORAIS

1. Da importância dos sistemas eleitorais, 265 – 2. O sistema majoritário de representação, 265 – 3. As vantagens do sistema majoritário, 266 – 4. Os inconvenientes do sistema majoritário, 267 – 5. O sistema de representação proporcional, 268 – 6. Efeitos positivos da representação proporcional, 269 – 7. Efeitos negativos da representação proporcional, 270 – 8. Problemas da representação proporcional: a de-

terminação do número de candidatos eleitos (sistemas adotados), 271 – 9. O problema das “sobras” eleitorais e os métodos empregados para resolvê-lo, 272 – 10. O problema da eleição dos candidatos nas listas partidárias, 273 – 11. As “cláusulas de bloqueio” (*Sperrklauseln*) e a ameaça repressiva que pesa sobre os pequenos partidos, 274 – 12. O sistema eleitoral brasileiro: princípio majoritário e princípio de representação proporcional, 275.

CAPÍTULO 18 – O MANDATO

1. Da natureza do mandato, 277 – 2. O mandato representativo, 278 – 3. Traços característicos do mandato representativo: 3.1 *A generalidade*, 279; 3.2 *A liberdade*, 279; 3.3 *A irrevogabilidade*, 281; 3.4 *A independência*, 281 – 4. O mandato imperativo, 282: 4.1 *Ascensão contemporânea do mandato imperativo*, 283.

CAPÍTULO 19 – A DEMOCRACIA

1. Do conceito de democracia, 285 – 2. A democracia direta: sua prática tradicional no Estado-cidade da Grécia, 288: 2.1 *As bases da democracia grega: a isonomia, a isotimia e a isagoria*, 291; 2.2 *O elogio histórico da democracia na Antiguidade clássica*, 292 – 3. A democracia indireta (representativa) e a impossibilidade do retorno à democracia direta, 293: 3.1 *Os traços característicos da democracia indireta*, 295; 3.2 *A democracia semidireta*, 295 – 4. A democracia semidireta no século XX. Apogeu e declínio de seus institutos, 296 – 5. A democracia e os partidos políticos: a realidade contemporânea do Estado partidário, 298.

CAPÍTULO 20 – OS INSTITUTOS DA DEMOCRACIA SEMIDIRETA

1. Os institutos da democracia semidireta, 302 – 2. O *referendum*, 303: 2.1 *Modalidades de “referendum”*, 303; 2.2 *O critério de classificação do “referendum”*, 304; 2.3 *O “referendum” consultivo*, 305; 2.4 *O “referendum” arbitral*, 306; 2.5 *As vantagens do “referendum”*, 306; 2.6 *Os inconvenientes do “referendum”*, 307; 2.7 *Síntese dos resultados do “referendum” no constitucionalismo contemporâneo: o caráter conservador e reacionário da instituição*, 308 – 3. O plebiscito, 309 – 4. A iniciativa, 311 – 5. O direito de revogação, 313: 5.1 *O “recall”*, 313; 5.2 *O “recall” dos juizes e das decisões judiciais*, 314; 5.3 *O “Abberufungsrecht”*, 315 – 6. O veto, 316.

CAPÍTULO 21 – O PRESIDENCIALISMO

1. As origens americanas do sistema presidencial de governo, 317 – 2. Os princípios básicos do presidencialismo, 318 – 3. Relações entre Executivo e Legislativo na forma presidencial de governo, 319 – 4. Os poderes do Presidente da República, 320 – 5. O poder presidencial nos Estados Unidos, 321 – 6. O poder presidencial no Brasil (as atribuições do Presidente da República), 322 – 7. A modernização do Poder Executivo e o perigo das “ditaduras constitucionais”, 325 – 8. O Ministério, 325 – 9. O Ministério no presidencialismo brasileiro, 327 – 10. A figura constitucional do Vice-Presidente: *10.1 A inutilidade do cargo*, 328; *10.2 Um Vice-Presidente para ser ouvido e não apenas visto*, 329; *10.3 O Vice-Presidente nas crises da sucessão presidencial*, 330; *10.4 A valoração deliberada da Vice-Presidência nos Estados Unidos*, 331; *10.5 A substituição do Presidente em caso de incapacidade*, 331 – 11. A Vice-Presidência no presidencialismo brasileiro, 332 – 12. O Congresso e a competência das Câmaras no sistema presidencial, 333 – 13. O presidencialismo, técnica da democracia representativa, 334 – 14. Os vícios do presidencialismo, 335 – 15. O *impeachment* e a ausência de responsabilidade presidencial, 336 – 16. A eleição do Presidente da República e o *impeachment* no sistema presidencial brasileiro, 337 – 17. Elogio do sistema presidencial de governo, 338 – 18. O presidencialismo no Brasil: surpresa e intempestividade de sua adoção, 339 – 19. O malogro da experiência presidencial e o testemunho idôneo de Rui Barbosa, 340.

CAPÍTULO 22 – O PARLAMENTARISMO

1. A formação histórica do sistema parlamentar: o governo representativo e a monarquia limitada como ponto de partida, 342 – 2. O parlamentarismo dualista (monárquico-aristocrático) ou parlamentarismo clássico, 347; *2.1 A igualdade entre o executivo e o legislativo*, 348; *2.2 A colaboração dos dois poderes entre si*, 349; *2.3 A existência de meios de ação recíproca no funcionamento do executivo e do legislativo*, 350 – 3. O parlamentarismo monista (democrático), característico do século XX, 353 – 4. Do governo parlamentar ao governo de assembleia (governo convencional), 357 – 5. Crise e transformações do parlamentarismo: as tendências “racionalizadoras” contemporâneas, 359 – 6. Do pseudoparlamentarismo do Império (um parlamentarismo bastardo) ao Ato Adicional de 1961, com o malogro da nova tentativa de implantação do sistema parlamentar no Brasil, 364.

CAPÍTULO 23 – OS PARTIDOS POLÍTICOS

1. Da definição de partido político, 369 – 2. O conceito de partido no século XX, 370 – 3. A impugnação doutrinária dos partidos políticos, 372 – 4. Partidos e facções, 375 – 5. O elogio do partido político e a compreensão de sua importância essencial para o Estado moderno, 376 – 6. Omissão e presença dos partidos políticos na literatura política e jurídica, 378 – 7. Os partidos políticos como realidade sociológica: sua ausência dos textos constitucionais, 379 – 8. Os partidos políticos como realidade jurídica: tendência contemporânea para inseri-los nas Constituições, 382 – 9. As modalidades de partidos: partidos pessoais e partidos reais (Hume), partidos de patronagem e partidos ideológicos (Weber), partidos de opinião e partidos de massas (Burdeau), partidos do movimento e partidos da conservação (Nawiasky), 385.

CAPÍTULO 24 – OS SISTEMAS DE PARTIDOS

1. O sistema bipartidário, 389 – 2. O sistema multipartidário, 391 – 3. O partido único, 393 – 4. A teoria marxista do partido político, 396 – 5. A representação profissional e os partidos políticos, 399 – 6. O partido político na Inglaterra, 400 – 7. O partido político nos Estados Unidos, 402.

CAPÍTULO 25 – O PARTIDO POLÍTICO NO BRASIL

1. A escassez de estudos sobre o partido político no Brasil, 406 – 2. Conservadores e liberais, no Império, reduzidos a um só partido: o do poder, 407 – 3. Mentalidade antipartidária e estadualismo dos partidos na República Velha, 409 – 4. A reforma eleitoral e o partido político depois da Revolução de 1930, 410 – 5. O retrocesso do Estado Novo: extinção dos partidos políticos e malogro do partido único, 411 – 6. A institucionalização jurídica dos partidos políticos no Brasil (o avanço da Constituição de 1946) e a crise do partido nacional, 412 – 7. Requisitos para a formação dos partidos e evolução do sistema partidário nas Constituições brasileiras, 414 – 8. O novo Estado partidário do constitucionalismo brasileiro, 415: 8.1 *O regime representativo e democrático*, 417; 8.2 *A personalidade jurídica*, 420; 8.3 *A atuação permanente*, 420; 8.4 *A fiscalização financeira*, 422; 8.5 *A disciplina partidária*, 424; 8.6 *Âmbito nacional*, 425; 8.7 *A vedação de coligações partidárias*, 427 – 9. A dimensão sociológica do partido político brasileiro, 428.

CAPÍTULO 26 – REVOLUÇÃO E GOLPE DE ESTADO

1. Controvérsias em torno do conceito de revolução, 433 – 2. Conceito histórico-cultural, 437 – 3. Conceito sociológico, 439 – 4. Conceito jurídico, 441 – 5. Conceito político, 442 – 6. Origem e causa das revoluções, 444 – 7. As distintas fases da ação revolucionária, 446 – 8. A crítica da revolução, 448 – 9. A reforma, 451 – 10. A contrarrevolução, 452 – 11. O golpe de Estado, 454 – 12. A técnica do golpe de Estado, 456 – 13. Golpe de Estado e revolução, 457.

CAPÍTULO 27 – OS GRUPOS DE PRESSÃO E A TECNOCRACIA

1. Conceito e importância dos grupos de pressão, 460 – 2. Os grupos de pressão e os partidos políticos, 463 – 3. Modalidades dos grupos e sua organização, 465 – 4. A técnica de ação e combate dos grupos de pressão, 467 – 5. A institucionalização dos grupos de pressão, 469 – 6. O aspecto negativo, 471 – 7. O aspecto positivo, 473 – 8. Corretivos à ação dos grupos, 475 – 9. Na tecnocracia, a terceira ameaça? 477.

CAPÍTULO 28 – A OPINIÃO PÚBLICA

1. A opinião pública, um dos temas de mais difícil caracterização na Ciência Política, 481 – 2. Do conceito de opinião pública, 483 – 3. A opinião pública e sua aparição no pensamento político, 484 – 4. Pensadores políticos e estadistas proclamam o poder da opinião pública, 485 – 5. O Estado liberal e o dogma da opinião pública, 488 – 6. O Estado autoritário e a opinião pública, 490 – 7. A sociedade de massas e a natureza irracional da opinião pública, 494 – 8. Possível restauração do prestígio da opinião pública no Estado democrático de massas, 498 – 9. A opinião pública e os meios de propaganda, 499.

BIBLIOGRAFIA, 503

ÍNDICE ONOMÁSTICO, 513

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO, 525